

A. I. N° - 206858.0006/05-0
AUTUADO - DIFERACO COML DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
AUTUANTE - ELISABETE RIBEIRO DE OLIVEIRA
ORIGEM - INFAZ C. ALMAS
INTERNET - 22/09/05

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0028-05/05

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. MICROEMPRESA. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO NA CONDIÇÃO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE. Infração elidida em parte. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 31/03/05, exige ICMS no valor de R\$861,27, acrescido da multa de 50%, pelo recolhimento a menor do imposto, na condição de Empresa de Pequeno Porte, enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS – SIMBAHIA nos meses de janeiro, agosto e setembro de 2002 e julho de 2004 .

O autuado apresenta impugnação (fls 9/17) alegando, que por um equívoco a auditora considerou como vendas as devoluções ocorridas nos meses de janeiro, agosto e setembro de 2002. Acosta cópias do Livro de Apuração do ICMS como prova do alegado. Requer procedência parcial para a infração remanescente de R\$400,24, referente a julho de 2004.

A autuante, em informação fiscal (fls 21/24), acata a alegação defensiva, elaborando novo demonstrativo e sugere que o Auto de Infração seja julgado parcialmente procedente.

VOTO

Ressalto que por dispositivo regulamentar o contribuinte na condição de Empresa de Pequeno Porte está dispensado da escrituração do livro de apuração do ICMS, conforme art 408, “c”, do RICMS (DECRETO N° 6.284 DE 14 DE MARÇO DE 1997). No entanto, como vem escriturando o aludido livro, este passa a fazer prova contra si.

Como o autuado reconheceu o débito referente ao mês de julho de 2004, que remonta a R\$400,24, e tendo sido constatado pela autuante, à luz dos livros e documentos fiscais apresentados, que as devoluções nos meses de janeiro, agosto e setembro de 2002 foram consideradas, erroneamente, como vendas, fica reduzido o débito para R\$400,24.

Dessa forma, devem ser exigidos apenas os valores referente ao mês de julho de 2004, cujo montante o sujeito passivo reconheceu, tendo efetuado o pagamento conforme cópia do DAE anexado ao PAF.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, homologando-se os valores recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração n° 206858.0006/05-0, lavrado contra **DIFERACO COML DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$400,24** acrescido da multa de 50%,

prevista no art. 42, I, “b, item 3”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, homologando-se os valores recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 31 de agosto de 2005.

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS - RELATOR

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR